

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

PIRACICABA-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA - SÃO PAULO

PROFESSOR SUBSTITUTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- Língua Portuguesa
- Matemática e Raciocínio Lógico
- Conhecimentos Específicos
- Legislação

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026

BÔNUS
ÁREA DO CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41 ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

Editora Solução®

A solução para o seu concurso!

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Questões gabaritadas
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Adquira agora o material completo.

www.editorasolucao.com.br

Editora Solução
a solução para o seu concurso!

PIRACICABA - SP

Professor Substituto de Educação Infantil

SL-205ST-26
7901183009947

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários) 7
2. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras 8
3. Figuras de Linguagem 11
4. Ortografia 14
5. Pontuação 18
6. Classes de palavras: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição: uso e sentido que imprimem às relações que estabelecem 21
7. Concordância verbal e nominal 30
8. Análise sintática 34
9. Colocação pronominal 37
10. Regência verbal e nominal 39
11. Crase 42
12. Coesão 45
13. Redação oficial: atributos da redação oficial, pronomes de tratamento, tipos de documentos 49

Matemática E Raciocínio Lógico

1. Operações com números reais. Mínimo múltiplo comum e máximo divisor comum 71
2. Razão e proporção; Regra de três simples e composta 85
3. Porcentagem 87
4. Média aritmética simples e ponderada 88
5. Juro simples 89
6. Sistema de equações do 1º grau 89
7. Relação entre grandezas: tabelas e gráficos 91
8. Sistemas de medidas usuais 95
9. Noções de geometria: forma, perímetro, área, volume, ângulo, teorema de pitágoras 100
10. Resolução de situações-problema 112
11. Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; Dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; Identificação de regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual é o elemento de uma dada posição; Estruturas lógicas, lógicas de argumentação, diagramas lógicos, sequências 116

Conhecimentos Específicos
Professor Substituto de Educação Infantil

1. Cuidar e educar; Brincadeira na educação infantil 133
2. Desenvolvimento da linguagem oral; Trabalho com múltiplas linguagens 136
3. Compreensão do ambiente 139
4. Relação consigo mesmo e com o outro 142
5. Desenvolvimento da psicomotricidade 145
6. Formação pessoal e social da criança 146

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

7. Alfabetização e letramento 149
8. Formação do pensamento lógico-matemático 150
9. Didática e metodologia do ensino na educação infantil 153
10. Organização e planejamento do espaço na educação infantil 156
11. Comportamento infantil 159
12. Planejamento 163
13. Currículo; Projeto Político-Pedagógico 166
14. Projeto de ensino-aprendizagem 171
15. Didática e metodologia de ensino 175
16. Ensino por competências 178
17. Avaliação e acompanhamento do rendimento escolar 182
18. Formação continuada 187
19. Formação pessoal e social do educando 188
20. Formação pessoal e social do educando 188
21. Fundamentos filosóficos, socioculturais, psicológicos e pedagógicos da Educação: relação entre sociedade, escola e conhecimento 191
22. Construção do conhecimento 195
23. Leitura e escrita 198
24. Resolução de problemas 203
25. Teóricos da educação 211
26. Função social da escola 214
27. Concepções de educação e escola 215
28. Pedagogia crítica 222
29. História da educação 225
30. Políticas, estrutura e organização da escola 232
31. Participação e trabalho coletivo na escola 238
32. Mediação e gestão de conflitos entre os diferentes atores na escola: comunidade, família, alunos e equipe escolar 242
33. Organização e planejamento do espaço na escola 242
34. Avaliação da educação e indicadores educacionais 244
35. Tecnologias de informação e comunicação na educação 245
36. Educação Inclusiva 246
37. Direitos Humanos no ambiente escolar 252
38. Prevenção de acidentes e primeiros socorros 255
39. Educação, legislação e publicações institucionais 275

Legislação

1. Constituição Federal de 1988 (artigos 205 a 214) 301
2. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 305
3. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023: Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada 305
4. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025: Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva 309
5. Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente: artigos 7º a 24, 53 a 69, 131 a 140, de 13 de julho de 1990 313

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

6. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional 320
7. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014: Plano Nacional de Educação 340
8. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016: Políticas públicas para primeira infância 355
9. Lei nº 13.722/2018, de 4 de outubro de 2018: Capacitação em noções básicas de primeiros socorros 361
10. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023: Institui a Política Nacional de Educação Digital 362
11. Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil 365
12. Parecer CNE/CEB nº 7/2010, de 7 de abril de 2010: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica 365
13. Parecer CNE/CP 08, de 6 de março de 2012: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos 365
14. Parecer CNE/CEB nº 11/2010, de 7 de julho de 2010:Diretrizes Curriculares Nacionais para o Brasil 374
15. Parecer CNE/CEB nº 17, de 03 de julho de 2001: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica 375
16. Parecer CNE/CEB nº 20/2009, de 11 de novembro de 2009: Revisão das diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil 375
17. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001: Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica 385
18. Resolução CNE/CEB nº 02, de 21 de março de 2025: Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática 388
19. Resolução CNE/CEB nº 5/2009, de 17 de dezembro de 2009: Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil 394
20. Secretaria Municipal de Educação : Currículo da Rede Municipal de Educação de Piracicaba 397
21. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: Currículo Paulista: Educação Infantil e Ensino Fundamental 397

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

▸ A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

▸ A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

▸ Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

- **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.
- **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

- **Ficcionalidade**: os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, recriando-o.
- **Aspecto subjetivo**: o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.
- **Ênfase na função poética da linguagem**: o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.
- **Plurissignificação**: as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa. Além disso, tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. Ademais, a linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.

SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS. SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS

A significação das palavras desempenha um papel fundamental na comunicação humana, sendo essencial para a compreensão precisa e eficaz das mensagens transmitidas. Esse estudo pertence à área da semântica, ramo da linguística que se dedica ao significado das palavras e às relações de sentido que elas estabelecem entre si.

Através do entendimento dessas relações, como sinonímia, antonímia, polissemia, entre outras, é possível aprimorar a interpretação de textos e discursos, evitando ambiguidades e mal-entendidos.

O objetivo deste estudo é explorar as principais classificações de significados e suas interconexões, oferecendo exemplos práticos que ilustram como as palavras podem assumir diferentes funções de acordo com o contexto em que são inseridas.

Ao analisar essas nuances, busca-se proporcionar uma visão mais aprofundada da dinâmica linguística, evidenciando a riqueza e a complexidade da língua portuguesa.

Relações de Sentido

No estudo da semântica, as palavras podem ser classificadas de acordo com as relações de sentido que estabelecem entre si. Essas relações são fundamentais para a construção de significados e para a clareza na comunicação. Entre as principais relações de sentido, destacam-se a sinonímia e a antonímia.

Sinonímia

A sinonímia refere-se à relação entre palavras que possuem significados semelhantes ou próximos. Palavras sinônimas podem ser usadas de forma intercambiável em diferentes contextos, embora nuances de sentido ou grau de formalidade possam variar entre elas. Um exemplo clássico de sinonímia é a relação entre “inteligente” e “esperto”, onde ambas as palavras denotam alguém com rapidez de raciocínio ou habilidade para resolver problemas.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

OPERAÇÕES COM NÚMEROS REAIS. MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM

A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais ($\mathbb{N}$). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros ($\mathbb{Z}$). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais ($\mathbb{Q}$), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais ($\mathbb{R}$), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos ($\mathbb{C}$) para resolver equações que não tinham soluções no Conjunto dos Números Reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

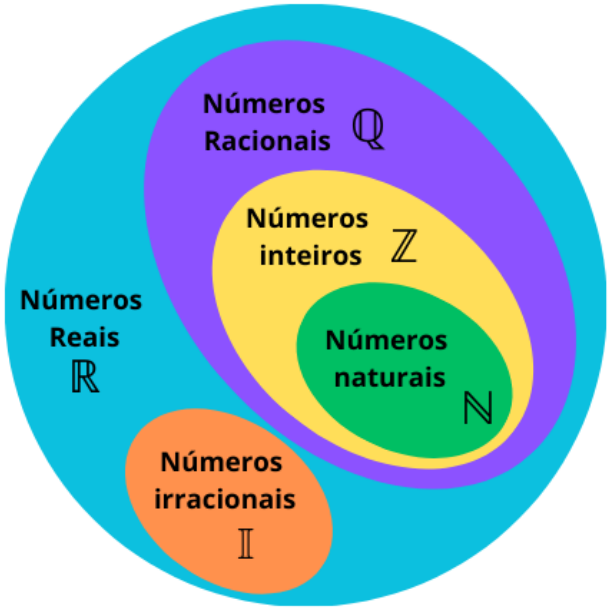
A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: N = {0, 1, 2, 3, 4, ...}.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



Conjunto dos Números Naturais (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, ...}

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

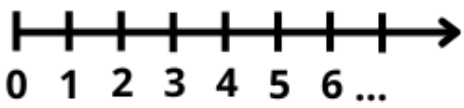
N* = {1, 2, 3, 4...} ou N* = N – {0}: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

Np = {0, 2, 4, 6...}, em que n ∈ N: conjunto dos números naturais pares.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Ni = {1, 3, 5, 7..}, em que n ∈ N: conjunto dos números naturais ímpares.

P = {2, 3, 5, 7..}: conjunto dos números naturais primos.



- **Operações com Números Naturais**

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição de Números Naturais

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: *6 + 4 = 10, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.*

Subtração de Números Naturais

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando a-b tal que a ≥ b.

Exemplo: *200 – 193 = 7, onde 200 é o minuendo, 193 é o subtraendo e 7 é a diferença.*

- **Obs.:** o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação de Números Naturais

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

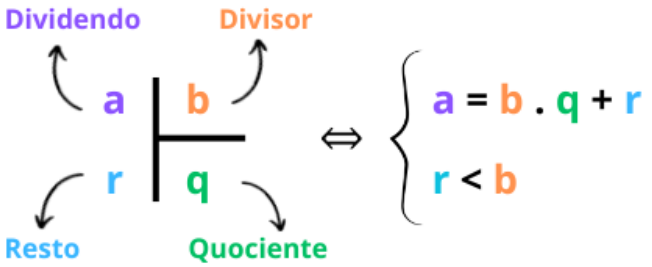
Exemplo: *3 x 5 = 15, onde 3 e 5 são os fatores e 15 é o produto.*

- 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes: 3 x 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15. Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ", para indicar a multiplicação).

Divisão de Números Naturais

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais em uma divisão de números naturais

- **Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. 45 :** 9 = 5
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. 45 = 5 x 9
- **A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q, então poderíamos escrever:** n ÷ 0 = q e isto significaria que: n = 0 x q = 0 o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação dos números Naturais

Para todo a, b e c em N

- **1) Associativa da adição:** (a + b) + c = a + (b + c)
- **2) Comutativa da adição:** a + b = b + a
- **3) Elemento neutro da adição:** a + 0 = a
- **4) Associativa da multiplicação:** (a.b).c = a. (b.c)
- **5) Comutativa da multiplicação:** a.b = b.a
- **6) Elemento neutro da multiplicação:** a.1 = a
- **7) Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** a.(b + c) = ab + ac
- **8) Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** a .(b – c) = ab – ac
- **9) Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplos:

1) Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema.

Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

(A) 3 642.
(B) 3 828.
(C) 4 093.
(D) 4 167.
(E) 4 256.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CUIDAR E EDUCAR; BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Cuidar e educar como dimensões indissociáveis da educação infantil

A unidade entre cuidado e ação educativa

Na educação infantil, cuidar e educar constituem dimensões inseparáveis do trabalho pedagógico. O cuidado não se limita ao atendimento de necessidades físicas, assim como a educação não se restringe à transmissão de conteúdos organizados de modo escolarizante. Alimentação, higiene, repouso, acolhimento, proteção, escuta, exploração do ambiente, comunicação, brincadeira e convivência integram uma mesma experiência formativa. A criança aprende e se desenvolve nas relações que estabelece com adultos, outras crianças, objetos, espaços, tempos e práticas culturais. Cada situação cotidiana pode mobilizar linguagem, autonomia, vínculos afetivos, percepção corporal, organização do pensamento e compreensão progressiva do mundo.

O ato de cuidar possui intencionalidade educativa quando respeita a criança como sujeito ativo. Trocar uma roupa, auxiliar na alimentação ou acompanhar o repouso envolve comunicação, observação, antecipação de ações, respeito aos ritmos individuais e incentivo à participação. O adulto que nomeia gestos, oferece escolhas possíveis, explica o que está fazendo e aguarda respostas da criança transforma uma rotina de cuidado em experiência de interação e aprendizagem. Esse processo favorece a construção de segurança emocional e de confiança, condições fundamentais para que a criança explore ambientes, estabeleça relações e amplie sua iniciativa.

Autonomia e participação nas situações cotidianas

A autonomia infantil é construída gradualmente e não significa ausência de apoio adulto. Ela se desenvolve quando a criança participa de ações compatíveis com suas possibilidades, encontra oportunidades de decidir, experimentar, repetir, errar e tentar novamente. O cuidado educativo evita tanto a substituição excessiva da ação infantil quanto a exigência de independência incompatível com a etapa de desenvolvimento. A mediação do adulto organiza condições para que a criança avance em suas capacidades sem perder a proteção necessária.

A participação pode ocorrer em diferentes momentos da rotina. A criança pode colaborar na organização dos materiais, escolher entre alternativas adequadas, reconhecer seus pertences, comunicar preferências, servir-se com apoio, lavar as mãos, guardar brinquedos e participar da preparação dos espaços. Essas ações não devem ser tratadas como tarefas mecânicas. Elas envolvem construção de hábitos, compreensão de sequências, desenvolvimento motor, linguagem, responsabilidade compartilhada e percepção de pertencimento ao grupo.

Afetividade, vínculo e segurança

O cuidado educativo depende da qualidade das relações estabelecidas no cotidiano. A criança pequena necessita de adultos disponíveis, previsíveis e atentos às suas manifestações. Choro, silêncio, movimento, recusa, aproximação, curiosidade e busca de contato são formas de comunicação que precisam ser interpretadas dentro do contexto. A observação sensível permite reconhecer necessidades e também perceber interesses que podem orientar propostas pedagógicas.

O vínculo afetivo não elimina limites nem organização. Ele possibilita que regras e combinados sejam construídos de maneira compreensível, com coerência e respeito. A segurança emocional favorece a exploração, porque a criança tende a se envolver com mais liberdade quando percebe que pode recorrer ao adulto em situações de medo, conflito ou dificuldade. Cuidar, nesse sentido, implica garantir condições físicas e emocionais para a participação ativa nas experiências.

Alguns princípios orientam a integração entre cuidado e educação no cotidiano institucional:

- Reconhecer a criança como participante ativa das situações de cuidado, evitando tratá-la como receptora passiva de ações adultas.
- Respeitar ritmos individuais de alimentação, descanso, adaptação, comunicação e interação, sem abandonar a organização coletiva necessária ao grupo.
- Utilizar linguagem clara e acolhedora para antecipar procedimentos, nomear sensações, explicar ações e favorecer a compreensão do que acontece.
- Organizar ambientes seguros e acessíveis que permitam escolhas, deslocamentos, exploração e crescente autonomia.
- Observar continuamente as manifestações infantis para ajustar intervenções, rotinas e propostas às necessidades e possibilidades reais das crianças.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

A integração entre cuidar e educar modifica a própria compreensão da rotina. Os momentos cotidianos deixam de ser intervalos entre atividades consideradas pedagógicas e passam a integrar o currículo vivido. A criança desenvolve conhecimentos sobre si, sobre os outros e sobre o ambiente justamente quando participa de experiências significativas, repetidas e progressivamente ampliadas.

A BRINCADEIRA COMO LINGUAGEM E EXPERIÊNCIA CENTRAL DA INFÂNCIA

Características da atividade lúdica

A brincadeira é uma forma privilegiada de ação infantil porque articula imaginação, movimento, linguagem, emoção, interação social e elaboração de experiências. Ao brincar, a criança não apenas se distrai. Ela experimenta papéis, transforma objetos, cria situações, combina regras, representa acontecimentos e reorganiza conhecimentos adquiridos em outros contextos. O caráter lúdico permite explorar possibilidades sem que o resultado tenha de corresponder exatamente às exigências da vida real.

A brincadeira apresenta diversidade de formas. Há jogos corporais, brincadeiras de exploração, faz de conta, construções, jogos com regras, brincadeiras tradicionais, experiências com sons, movimentos, objetos e materiais não estruturados. Essas modalidades podem coexistir e se transformar conforme a idade, o repertório cultural, as relações do grupo e as condições oferecidas pelo ambiente. A ação lúdica não segue uma progressão rígida, pois a criança pode retomar formas anteriores de brincar e combiná-las com maneiras mais complexas de representação.

Imaginação, simbolização e representação

No faz de conta, a criança atribui novos significados a objetos e situações. Uma caixa pode tornar-se um carro, uma colher pode representar um microfone e um espaço delimitado pode transformar-se em casa, loja ou consultório. Essa capacidade simbólica amplia as formas de pensamento porque permite agir sobre situações ausentes, imaginadas ou reconstruídas. A criança passa a representar mentalmente experiências e a utilizar gestos, palavras e objetos como sinais de outras realidades.

A imaginação não se opõe ao conhecimento do mundo. Ela se alimenta das experiências vividas. As situações observadas na família, na instituição, na comunidade e em diferentes manifestações culturais são reorganizadas na brincadeira. Ao reproduzir uma cena conhecida, a criança não realiza mera cópia. Ela seleciona elementos, modifica acontecimentos, distribui papéis e cria novas relações. Essa reelaboração favorece a compreensão de normas sociais, funções, afetos, conflitos e formas de comunicação.

Interação social e negociação

A brincadeira compartilhada exige coordenação entre diferentes pontos de vista. Para sustentar uma situação imaginária coletiva, as crianças precisam comunicar intenções, combinar papéis, aceitar mudanças, resolver conflitos e negociar significados. Mesmo quando ainda não dominam plenamente a linguagem oral, utilizam olhares, gestos, movimentos e expressões para organizar a interação.

Os conflitos presentes na brincadeira possuem valor educativo quando são acompanhados de modo adequado. A disputa por um brinquedo, a discordância sobre regras ou a exclusão de um participante não devem ser ignoradas nem resolvidas automaticamente pelo adulto. A mediação pode ajudar as crianças a identificar o problema, expressar desejos, ouvir o outro e construir alternativas. Essa atuação favorece o desenvolvimento da autorregulação, da empatia e da capacidade de participar de situações coletivas.

A brincadeira também expressa aspectos culturais. Cantigas, jogos tradicionais, parlendas, gestos, narrativas, brinquedos e modos de organizar grupos circulam socialmente e são apropriados pelas crianças. O ambiente educativo pode ampliar esse repertório sem substituir as culturas infantis já existentes. A diversidade de experiências lúdicas permite contato com diferentes formas de expressão e pertencimento.

Entre os elementos que fortalecem a qualidade da brincadeira estão:

- Tempo suficiente para que as crianças iniciem, desenvolvam e transformem enredos sem interrupções constantes.
- Espaços flexíveis que possam ser reorganizados de acordo com as necessidades das ações lúdicas.
- Materiais variados, incluindo objetos de uso simbólico, elementos naturais e recursos não estruturados.
- Possibilidade de brincar individualmente, em pequenos grupos e em grupos maiores, conforme os interesses e as situações.
- Presença adulta atenta, capaz de observar, proteger, enriquecer repertórios e intervir sem controlar excessivamente a ação infantil.

A centralidade da brincadeira decorre de sua capacidade de integrar múltiplas dimensões do desenvolvimento. Corpo, pensamento, linguagem, afetividade e relações sociais aparecem articulados em uma atividade que possui sentido para a própria criança.

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DOS TEMPOS, ESPAÇOS E MATERIAIS PARA BRINCAR

O ambiente como componente da experiência educativa

A organização do espaço influencia diretamente as possibilidades de ação das crianças. Um ambiente excessivamente vazio, rígido ou controlado restringe iniciativas, enquanto um espaço planejado com intencionalidade favorece exploração, encontros, escolhas e criação. A disposição dos móveis, a acessibilidade dos materiais, a existência de áreas diversificadas e a possibilidade de transformação do ambiente comunicam expectativas sobre o que as crianças podem fazer.

Os materiais devem estar, sempre que possível, ao alcance das crianças, permitindo seleção e uso autônomo. A visibilidade dos objetos contribui para que elas formulem intenções e organizem suas brincadeiras. A organização não exige ambientes fixos. Cantos podem ser rearranjados, materiais podem circular e áreas podem assumir funções diferentes ao longo do dia. Essa flexibilidade amplia as experiências e evita que a rotina se transforme em sequência imutável de ações.

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (ARTIGOS 205 A 214)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

(...)

TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL

(...)

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;

II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§ 2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o § 1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§ 5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§ 8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212-A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212-A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

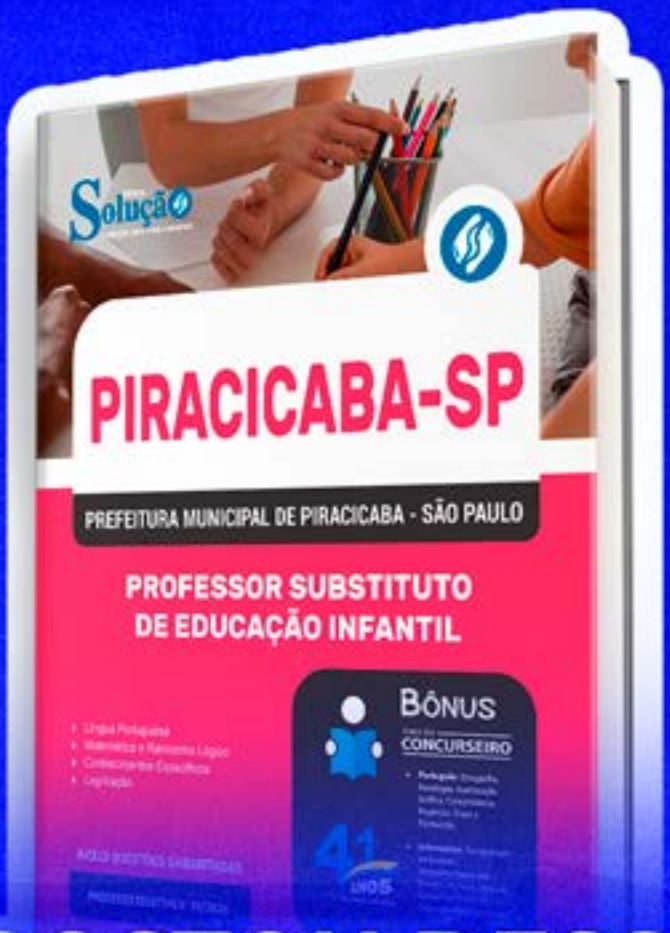
§ 9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212-A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Esta é uma amostra grátis da apostila. Adquira o material com desconto clicando aqui.

Editora Solução
a solução para o seu concurso!



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!